



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ventos de Santa Joana XIII
Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Sumário

Relatório de Administração
Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	2
Demonstrações do resultado abrangente	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5

Notas explicativas demonstrações financeiras

1 Informações gerais	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras	9
3 Gestão de risco	11
4 Instrumentos financeiros por categoria	15
5 Caixa e equivalentes de caixa	17
6 Contas a receber	18
7 Contas a receber e a pagar partes relacionadas	19
8 Tributos a recuperar	21
9 Estoques	21
10 Tributos diferidos	22
11 Imobilizado	23
12 Fornecedores	25
13 Tributos a pagar	25
14 Provisões	26
15 Patrimônio líquido	30
16 Receita líquida de vendas	31
17 Custo do serviço de energia elétrica	31
18 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas), líquidos	32
19 Resultado financeiro	33
21 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação	35
22 Compromissos	35
23 Atividade de investimento não envolvendo caixa	36
24 Cobertura de seguros	36

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “Santa Joana XIII”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A Santa Joana XIII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia é controlada da Chapada do Piauí I Holding S.A. (“Chapada I”) que tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável - especificamente de geração eólica.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Santa Joana XIII trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Santa Joana XIII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38	962	Fornecedores	12	163	1.970
Contas a receber	6	2.114	2.011	Contas a pagar a partes relacionadas	7	7.950	11.187
Contas a receber de partes relacionadas	7	212	-	Tributos a pagar	13	152	806
Tributos a recuperar	8	718	566	IRPJ e CSLL corrente		245	-
Despesas antecipadas		-	313	Provisão de ressarcimento	14 (a)	19.295	14.719
Estoques	9	213	422	Total do passivo circulante		27.805	28.682
Outras contas a receber		-	107				
Total do ativo circulante		3.295	4.381	Não circulante			
				Contas a pagar partes relacionadas	7	8.069	14.954
Não circulante				Tributos diferidos	10	1	-
Realizável a longo prazo				Provisão de ressarcimento	14 (a)	3.756	4.224
Tributos a recuperar	8	137	154	Provisão para desmobilização	14 (b)	1.149	968
Depósitos judiciais	14 (c)	41	32	Provisão para causas judiciais	14 (c)	163	-
Tributos diferidos	10	710	583	Total do passivo não circulante		13.138	20.146
		888	769				
				Total do passivo		40.943	48.828
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	77.444	81.866	Capital social	15	45.400	42.204
Total do ativo não circulante		78.332	82.635	Reserva Legal		62	62
				Prejuízos acumulados		(4.778)	(4.078)
				Total do patrimônio líquido		40.684	38.188
Total do ativo		81.627	87.016	Total do passivo e Patrimônio líquido		81.627	87.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita líquida de vendas	16	19.747	17.976
Custo de venda de energia elétrica	17	(11.391)	(10.313)
Lucro bruto		8.356	7.663
Despesas gerais e administrativas	18	(695)	(1.496)
Outros ganhos e (perdas), líquidos	18	(1.074)	(1.738)
Lucro operacional		6.587	4.429
Receitas financeiras		74	280
Despesas financeiras		(6.745)	(8.145)
Resultado financeiro	19	(6.671)	(7.865)
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(84)	(3.436)
Imposto de renda e contribuição social	20	(616)	(642)
Prejuízos do exercício		(700)	(4.078)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	21	(0,01)	(0,10)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízos do exercício	(700)	(4.078)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(700)</u>	<u>(4.078)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio líquido</u>
Em 01 de janeiro de 2024		37.904	62	535	-	38.501
Aumento de capital		4.300	-	-	-	4.300
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.078)	(4.078)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(535)	-	(535)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		42.204	62	-	(4.078)	38.188
Aumento de capital	1.5 (a)	3.196	-	-	-	3.196
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(700)	(700)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		45.400	62	-	(4.778)	40.684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(84)	(3.436)
Ajustes de receitas e despesas			
Imposto de renda e contribuição social		(616)	-
Amortização e depreciação	17	4.439	4.247
Baixa de ativo imobilizado	18	1.078	2.239
Atualização financeira de provisão de desmobilização	19	110	102
Provisão e atualização financeira de ressarcimento		4.511	5.255
Provisão para contingência e atualizações		161	-
Juros partes relacionadas	19	5.953	7.421
Variações nos ativos operacionais			
Contas a receber		(103)	(552)
Contas a receber de partes relacionadas		(212)	-
Tributos a recuperar		(262)	(20)
Estoques		209	(126)
Despesas antecipadas		313	(28)
Depósitos judiciais		(9)	(2)
Outras contas a receber		107	(107)
Variações nos passivos operacionais			
Fornecedores		(135)	(36)
Contas a pagar a partes relacionadas		(90)	914
Tributos e obrigações trabalhistas		363	(594)
Provisão de ressarcimento		(403)	(3.207)
Provisão para desmobilização		-	(119)
Caixa gerado pelas operações		15.330	11.951
Partes relacionadas - pagamento de juros cessão de recebíveis		(5.953)	(7.421)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(771)	(433)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		8.606	4.097
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(2.694)	(7.028)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.694)	(7.028)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		3.196	4.300
Partes relacionadas - pagamento de cessão de recebíveis		(8.103)	(8.103)
Partes relacionadas - pagamento de dividendos		(1.929)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.836)	(3.803)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(924)	(6.734)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		962	7.696
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		38	962

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 23.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “Santa Joana XIII”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica. Ventos de Santa Joana XIII, com 29,60 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí I Holding S.A. (“Controladora” ou “Chapada I”) que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

1.2 Outorga de geração

Em 27 de agosto de 2015 a Companhia entrou em operação comercial, em cumprimento ao Contrato de Energia de Reserva (“CER”) assinado. As atividades da Companhia, são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME	Término das outorgas	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano
Santa Joana XIII	Portaria nº 107, de 18 de março de 2014	Março de 2049	29,60	140.160

1.3 Contrato de energia

Contrato de Energia de Reserva (“CER”)

A Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) no 5º Leilão de Energia de Reserva promovido em 23 de agosto de 2013, em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), expostas no Edital de Leilão nº 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76.

Pelo contrato em questão, a Companhia compromete-se a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2015 ao preço de R\$ 109,96 por megawatt-hora (“MWh”) a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CERs praticado em 31 de dezembro de 2025 de R\$216,14 por MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada, apurada anualmente, sendo necessária a entrega de 100% da energia contratada ao final de cada quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato provisionadas anualmente, serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o segundo quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027.

Os contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Volume PPA MWh/Ano	Início	Término
Santa Joana XIII	117.384	set/15	ago/35

1.4 Contas de ressarcimentos

A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Os eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, e interrompendo cerca de 31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

(a) Ressarcimento - CCEE

Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida no ano, e considerando o desvio acumulado do ano anterior, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá:

O valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%; e

Uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação de 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas entre a Companhia e a CCEE.

Ressarcimento quadrienal: Ao final do exercício de quatro anos (quadriênio), caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada para o exercício, o valor do ressarcimento total incluirá:

- a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado; e
- b) Uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. Na situação da energia quadrienal ser inferior ao limite estipulado, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir da apuração quadrienal. Em contrapartida, caso a energia gerada supere o limite máximo, o acerto financeiro ocorre mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. O segundo quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027.

1.5 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

(a) Integralização de capital

Em 2025, a Companhia, recebeu aumento de capital no montante de R\$ 3.196.

(b) Pagamento de dividendos

Em 2025, a Companhia, pagos dividendos a sua controladora no montante de R\$ 1.929.

(c) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos

Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), o Grupo pagou o valor de R\$ 403, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento (“Conta Ressarcimento”) que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019.

Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

1.6 Situação financeira

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do ativo circulante	3.295	4.381
Total do passivo circulante	<u>(27.805)</u>	<u>(28.682)</u>
Capital circulante líquido	<u>(24.510)</u>	<u>(24.301)</u>

O capital circulante líquido (“CCL”) da Companhia, representado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou saldo negativo de R\$ 24.510 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 24.301 negativo em 31 de dezembro de 2024).

Tal posição decorre, substancialmente, do reconhecimento da provisão de ressarcimento relacionada aos Contratos de Energia de Reserva (“CER”), classificada no passivo circulante. Nos termos desses contratos, a apuração do desempenho da geração considera bandas anuais de tolerância e consolidação quadrienal da energia contratada, o que condiciona a exigibilidade dos valores registrados à verificação dos critérios contratuais aplicáveis.

Adicionalmente, os CER preveem mecanismos de ressarcimento e compensação financeira vinculados ao desempenho da geração, de forma que eventual insuficiência ou excedente em determinado exercício pode

ser compensado dentro do período de apuração contratual. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e diluída ao longo do tempo, sem concentração de pagamentos em um único período. Portanto, a Administração entende que não há pressão imediata e integral sobre o fluxo de caixa da Companhia em razão da estrutura contratual aplicável.

A Administração monitora continuamente a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses e concluiu que a Companhia dispõe de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo e manter a continuidade de suas operações, por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais ou, se necessário, por aportes de capital dos acionistas direto.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Revisadas e vigentes

	Novas normas ou alterações	Alterações	Vigência
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

	Normas	Alterações	Vigência
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01.01.2026
CPC 48	Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais	01.01.2026
CPC 51	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027

A Administração da Companhia adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

[Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação](#): Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação;

Nota explicativa 14 - Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;

Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita: Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual.

Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente;

Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais: O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

3 Gestão de risco

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Empréstimos – Cessão de recebíveis	Análise de sensibilidade	Projeção do serviço da dívida da Controladora Cenários de rating de crédito (cenários de estresse)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
	caixa, contas a receber de clientes	Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Empréstimos – Cessão de recebíveis	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas.

A Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios com sua controladora Chapada do Piauí I [Holding S.A.](#) devido ao aporte de parte dos recursos obtidos pela controladora por meio de contrato de financiamento junto ao BNDES, o respectivo financiamento é remunerado a uma taxa de juros de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Com essa exposição a taxa variável, as variações representam a Companhia um risco de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de *swap* de taxa de juros."

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pela Companhia. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local.

Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired*, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação.

Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima.

Na data-base, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível no montante de R\$ 38 (R\$ 962 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Vencimentos (i)				Total Geral
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	163	-	-	-	163
Contas a pagar a partes relacionadas	7.950	1.793	2.690	3.586	16.019
Provisão de ressarcimento	19.295	2.998	758	-	23.051
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1.970	-	-	-	1.970
Contas a pagar a partes relacionadas	11.187	4.724	7.086	3.144	26.141
Provisão de ressarcimento	14.719	1.617	2.607	-	18.943

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de Fornecedores, Provisão de ressarcimento, partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento.

Em linha com as práticas das companhias do setor, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total de cessão de recebíveis, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Total de empréstimo - cessão de recebíveis (partes relacionadas)	7	15.516	23.619
(-) caixa e equivalente de caixa	5	(38)	(962)
Dívida líquida		15.478	22.657
Total do patrimônio líquido		40.684	38.188
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		56.162	60.845
Índice de alavancagem financeira - %		28%	37%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações da Companhia.

O risco de *curtailment* no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), mesmo que haja recurso natural disponível para geração, causado por excesso de produção e/ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamento do sistema de transmissão.

Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados.

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com conseqüente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação de ressarcimentos

Em 2025, a CCEE retomou os descontos dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER, referentes ao período de outubro de 2021 a outubro de 2022, cujo cronograma foi concluído em dezembro de 2025. A Companhia aguarda a divulgação de novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado a ser descontado nos próximos 12 meses é de R\$ 19.295, o que deverá impactar de forma relevante os recebimentos provenientes de CER.

(e) Risco de *impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativo de perda por de *impairment* para um ativo ou grupo de ativo.

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38	962
Contas a receber	6	2.114	2.011
Contas a receber de partes relacionadas	7	212	-
Outras contas a receber		-	107
Ao custo amortizado		<u>2.364</u>	<u>3.080</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Contas a pagar a partes relacionadas	7	16.019	26.141
Fornecedores	12	163	1.970
Provisão de ressarcimento		-	18.943
Ao custo amortizado		<u>16.182</u>	<u>47.054</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Companhia.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos em banco e em caixa	2	29
Recursos em aplicações financeiras	36	933
	<u>38</u>	<u>962</u>

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata.

6 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avalia seu histórico de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Composição

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de contas a receber é de R\$ 2.114 (R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2024). Nas referidas datas não havia títulos vencidos no contas a receber.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



7 Contas a receber e a pagar partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre a Companhia, suas coligadas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir.

Composição

	31/12/2025			31/12/2024	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Chapada Branca Holding S.A.	-	81	-	204	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	31	-	26	-
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	-	3	-	-	-
Natureza - custos e despesas compartilhados	-	115	-	230	-
Chapada I	-	7.447	8.069	8.665	14.954
Natureza - Cessão de recebíveis	-	7.447	8.069	8.665	14.954
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	-	388	-	363	-
Natureza - fornecedores	-	388	-	363	-
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	212	-	-	-	-
Natureza - outras contas a receber	212	-	-	-	-
Chapada I	-	-	-	1.929	-
Natureza - dividendos a pagar	-	-	-	1.929	-
Total	212	7.950	8.069	11.187	14.954

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Impacto no resultado

	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado	
Chapada do Piauí I	(5.953)	(7.421)
Natureza - Receita de juros de cessão de recebíveis	(5.953)	(7.421)
Chapada Branca Holding S.A.	783	(626)
Natureza - custos e despesas compartilhadas	783	(626)
	(5.170)	(8.047)

Cessão de recebíveis

A cessão de recebíveis é uma obrigação que a Companhia possui com a sua Controladora formalizada em contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios (“Contrato de Cessão”) devido o aporte de parte dos recursos obtidos pela Controladora por meio de contrato de financiamento junto ao BNDES, para viabilizar a implantação do parque eólico. Este Contrato de Cessão está atrelado ao direito de a Controladora receber até 2032 uma parte do valor equivalente às parcelas recebidas pela Companhia oriundas das receitas fixas emergentes nos contratos de Energia de Reserva – CER.

O Contrato de Cessão foi celebrado entre a Companhia e sua Controladora no dia 4 de fevereiro de 2015.

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(i) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas

A Companhia e as demais controladas da Chapada do Piauí I Holding S.A. mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto o rateio, entre as empresas, dos custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, desde que tais gastos gerem benefícios para as partes envolvidas.

(ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo – SP

A Companhia e as controladas indiretas da Chapada Branca Holding S.A. mantêm contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes.

(iii) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal – RN

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora indireta Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração (“COG”) em Natal - RN, com a Companhia e as demais controladas indiretas.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

Fornecedores

O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora indireta da Companhia Chapada Branca Holding S.A.

Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber decorre do mecanismo de garantia de disponibilidade previsto no contrato de operação e manutenção. Quando a disponibilidade dos parques fica abaixo do nível garantido, a prestadora de serviços deve pagar valores compensatórios à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 18.

8 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	704	537
Outros tributos a recuperar	14	29
	<u>718</u>	<u>566</u>
Não Circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	137	154
	<u>137</u>	<u>154</u>
	<u>855</u>	<u>720</u>

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

9 Estoques

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 213 (R\$ 422 em 31 de dezembro de 2024).

10 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pela Companhia, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadrienais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
IRPJ e CSLL	594	453
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	<u>594</u>	<u>453</u>
IRPJ e CSLL	116	130
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	<u>116</u>	<u>130</u>
	<u>710</u>	<u>583</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 1.

11 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Companhia reconhece uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 14 (b)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas na Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 01 de janeiro de 2024	158	81.405	362	241	82.166
Adição	3.728	2.458	-	-	6.186
Depreciação	-	(4.219)	(15)	(13)	(4.247)
Baixa imobilizado	-	(2.886)	-	(120)	(3.006)
Baixa depreciação	-	767	-	-	767
Transferência	(1.324)	1.324	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.562	78.849	347	108	81.866
Custo	2.562	115.957	459	235	119.213
Depreciação acumulada	-	(37.108)	(112)	(127)	(37.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.562	78.849	347	108	81.866
Adição	764	258	-	71	1.093
Depreciação	-	(4.409)	(15)	(13)	(4.437)
Baixa imobilizado	-	(1.729)	-	-	(1.729)
Baixa depreciação	-	651	-	-	651
Transferência	(3.232)	3.232	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	94	76.852	332	166	77.444
Custo	94	117.718	459	306	118.577
Depreciação acumulada	-	(40.866)	(127)	(140)	(41.133)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	94	76.852	332	166	77.444
Taxa média anual de depreciação		4%	3%	6%	

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamentos junto ao BNDES, a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

12 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades da Companhia. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

Tais *passivos* financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e serviços	39	65
Aquisições de ativos imobilizados	26	1.698
Custo de transmissão	87	198
Taxa de fiscalização Aneel	11	9
	<u>163</u>	<u>1.970</u>

13 Tributos a pagar

Política contábil

Os tributos a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
ICMS	-	368
IRPJ / CSLL (i)	-	290
PIS / COFINS	140	147
Tributos retido	2	1
Outros tributos	10	-
	<u>152</u>	<u>806</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante provisionado a título de IRPJ e CSLL foi segregado em rubrica específica no balanço patrimonial.

14 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (civil e regulatória) que são reconhecidas quando:

Caso a Companhia tenha uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;

É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para ressarcimento

As Contas Ressarcimentos (nota explicativa 1.4) com a CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	4.013	1.882
Provisão de despacho (ii)	15.282	12.837
	<u>19.295</u>	<u>14.719</u>
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	3.756	4.224
	<u>3.756</u>	<u>4.224</u>
Total	<u>23.051</u>	<u>18.943</u>

(i) A provisão para ressarcimento está apresentada sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019. Os valores reconhecidos encontram-se líquidos dos montantes relacionados a eventos de *curtailment* (cortes de geração), determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, decorrentes de limitações do sistema de transmissão ou requisitos operacionais. Em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, que revogou a Resolução Normativa nº 927/2021, os volumes de energia não gerados em razão desses eventos foram reconhecidos como redutores da provisão de ressarcimento no exercício.

(ii) O Despacho ANEEL nº 2.303/2019 suspendeu temporariamente os ressarcimentos no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada e da Energia de Reserva, para fins de análise e regulamentação dos eventos de *curtailment* de usinas eólicas. Tal suspensão vigorou até a conclusão da Audiência Pública nº 034/2019, que resultou na edição da Resolução Normativa nº 927/2021, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 1.030/2022, atualmente vigente.

Tal regulamentação definiu metodologias distintas para apuração da energia não fornecida em decorrência dos eventos de *curtailment*, aplicáveis àqueles ocorridos até setembro de 2021 e àqueles posteriores. A operacionalização dos cálculos e reapurações dos ressarcimentos pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; foi condicionada a ajustes sistêmicos e validações com o ONS, conforme comunicados ao mercado. Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou cronograma de reapurações referente ao período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, cujas liquidações tiveram início em junho de 2023.

Já a apuração dos eventos ocorridos de outubro de 2021 em diante, dependia da finalização da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que tratou dos aprimoramentos das Regras de Comercialização em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 927/2021, posteriormente convertida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022. Assim, em dezembro de 2024, foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 1.109/2024, que aprovou tais Regras viabilizando, portanto, a continuidade das reapurações para o período.

Em maio de 2025, através do comunicado CO 372/25, novo cronograma para as reapurações referentes ao período de outubro de 2021 em diante foi divulgado, e as liquidações tiveram início em julho de 2025.

No entanto, em decorrência da publicação da Lei 15.269/2025, que expande o volume de eventos de *curtailment* compensáveis ao gerador ocorridos desde 1º de setembro de 2023, anulando limites impostos pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

	Passivo circulante			Passivo não circulante	
	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	6.741	8.629	15.370	1.525	1.525
Provisão	1.345	476	1.821	3.394	3.394
Pagamento	-	(3.683)	(3.683)	-	-
Atualização financeira	-	516	516	-	-
Transferência	(6.204)	6.899	695	(695)	(695)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.882	12.837	14.719	4.224	4.224
Provisão	5.626	-	5.626	(1.698)	(1.698)
Pagamento	-	(403)	(403)	-	-
Atualização financeira	-	583	583	-	-
Transferência	(3.495)	2.265	(1.230)	1.230	1.230
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.013	15.282	19.295	3.756	3.756

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecologicamente similares às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que os parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

O valor da provisão de desmobilização, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos da Companhia, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo, com data-base de 2023, foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos aplicando uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% ao ano em 2024) e atualizados a valor presente com uma taxa de desconto de Nota do Tesouro Nacional – Série B (“NTN-B”) mais IPCA de 10,66% ao ano em 2025 (11,36% ao ano em 2024).

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Não circulante		
Desmobilização	1.149	968
Total	<u>1.149</u>	<u>968</u>

Movimentação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	968	985
Adição, (reversão) de AVP	71	(119)
Atualização financeira	110	102
	<u>1.149</u>	<u>968</u>

(c) Provisão para causas judiciais

A Companhia está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo a Companhia considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tributos, tais como contribuições sociais, IOF, ISS, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, INSS, dentre outros.

(i) Contingências prováveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consta R\$163 referente processos com probabilidade de perda avaliada como provável de natureza regulatória nas quais a Companhia está envolvido.

(ii) Depósitos judiciais ativos

A Companhia possui depósitos judiciais referente às questões em andamento R\$41 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2024)

(iii) Causas possíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consta R\$179 referente processos com probabilidade de perda avaliada como possível de natureza cíveis nas quais a Companhia está envolvido.

15 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia totalizava R\$ 50.000 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2024), representado por 50.000.000 ações (50.000.000 em 31 de dezembro de 2024). Desse montante, R\$ 45.400 (R\$ 42.204, em 31 de dezembro de 2024), correspondentes a 45.400.000 ações (42.203.845 em 31 de dezembro de 2024), encontram-se totalmente subscritos e integralizados. O saldo remanescente, de R\$ 4.600, correspondente a 4.600.000 ações, permanece a integralizar.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2024, o capital social será aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia.

A Companhia não possui ações autorizadas. Abaixo segue a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	%	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada do Piauí I Holding S.A.	100	45.400.000	45.400	42.203.845	42.204
		45.400.000	45.400	42.203.845	42.204

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



16 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com contrato de energia (CER)	117.384	24.557	117.384	23.522
(-) Provisão de ressarcimento		(3.928)		(4.739)
Receita bruta mercado regulado		20.629		18.783
Total receita bruta		20.629		18.783
(-) Impostos sobre vendas		(754)		(686)
(-) TFSEE		(128)		(121)
		19.747		17.976

17 Custo do serviço de energia elétrica

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(8)	(4)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(929)	(1.227)
Custo de operação (a)	(10.454)	(9.082)
	(11.391)	(10.313)

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações:(a) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (b) recomposição do lastro da média móvel de 12 meses.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Custo de operação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(559)	(406)
Operação e Manutenções (i)	(3.588)	(4.042)
Materiais, serviços de terceiros e outros (i)	(1.012)	(384)
Gestão ambiental (iii)	(63)	-
Aluguel (iii)	(381)	-
Seguro (iv)	(301)	(3)
Taxas de licenças, permissões e associações (ii)	(26)	-
Água, luz, esgoto e telecomunicação (ii)	(18)	-
Despesas Tributárias (ii)	(54)	-
Viagens (iii)	(11)	-
Depreciações e amortizações	(4.439)	(4.247)
Outras despesas (iii)	(2)	-
	<u>(10.454)</u>	<u>(9.082)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Operações e manutenções e Materiais, serviços de terceiros e outros ficou apresentado invertido.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Taxas de licenças, permissões e associações, Água, luz, esgoto e telecomunicação, Despesas tributárias e Gestão ambiental foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operações e manutenções.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Aluguel, Viagem e Outras despesas foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operação e Manutenções.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024, os gastos com Seguros eram contabilizados como despesas.

18 Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos e (perdas), líquidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços de terceiros	(182)	(330)
Materiais, manutenção e Veículos (i)	(3)	-
Aluguéis	(4)	(3)
Seguros	-	(325)
Água, luz, esgoto e telecomunicação	(1)	(12)
Viagens	(13)	(15)
Despesas tributárias	(2)	(32)
Pessoal (ii)	(289)	-
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(18)	(153)
Provisão contingências (i)	(130)	-
Taxas de licenças, permissões e associações (i)	(53)	-
Despesas compartilhadas (iii)	-	(626)
Perda na baixa do imobilizado (iv)	(1.078)	(1.768)
Outros ganhos e (perdas), Líquidos (iv)	4	30
	<u>(1.769)</u>	<u>(3.234)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas Materiais, manutenção e veículos; Taxas de licenças permissões e associações; e Provisão contingências foram apresentadas em conjunto com a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Pessoal foi apresentada em conjunto com a rubrica de Despesas compartilhadas.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Despesas compartilhadas era apresentada pelo valor total consolidado das despesas compartilhadas. Já em 31 de dezembro de 2025, essas despesas passaram a ser apresentadas de forma detalhada, com contabilização segregada por rubrica de despesa ou por custo, conforme aplicável.

(iv) A soma destas duas rubricas corresponde a rubrica Outros ganhos e (perdas). Líquidos da DRE.

As baixas de imobilizado referem-se à campanha de manutenção da Companhia, na qual são realizadas substituições de grandes componentes dos aerogeradores.

19 Resultado financeiro

Política contábil

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras são reconhecidas com base na taxa de juros pactuada contratualmente. Os juros são apropriados ao valor dos ativos financeiros, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre contas a receber vencidas são reconhecidas pelo critério *pro rata temporis*, utilizando-se a taxa de juros prevista em contrato. Tais encargos são incorporados ao saldo das contas a receber, com registro em receitas financeiras.

Não foram efetuadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	68	174
Outras receitas financeiras	6	106
	<u>74</u>	<u>280</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(27)	(27)
Multas, juros, tarifas e taxas	(2)	-
Atualização financeira de desmobilização	(110)	(102)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	(561)	(497)
Juros sobre cessão de recebíveis	(5.953)	(7.421)
Outras despesas financeiras	(92)	(98)
	<u>(6.745)</u>	<u>(8.145)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.671)</u>	<u>(7.865)</u>

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

20 Imposto de renda e contribuição social

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%.

Os tributos diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadrienais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia. Os tributos diferidos passivos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31/12/2025	31/12/2024
Receita com energia	24.151	19.839
Receita de energia	24.444	23.445
Desconto concedido	(394)	(3.683)
Provisão de receita de energia	101	77
Provisão de ressarcimento	(3.534)	(1.056)
Provisão de ressarcimento	(3.928)	(4.739)
Desconto concedido	394	3.683
Receita Gerada	20.617	18.783
Receitas financeiras	74	280
Outras receitas	-	30
Bases de cálculo		
Receitas		
IRPJ	1.998	1.891
Adicional IRPJ	1.798	1.651
CSLL	2.960	2.681
Provisões		
IRPJ	(275)	(78)
CSLL	(412)	(117)
Cálculo dos impostos		
Receitas	(745)	(690)
IRPJ – 15%	(300)	(284)
IRPJ adicional – 10%	(179)	(165)
CSLL – 9%	(266)	(241)
Provisões	129	48
IRPJ – 15%	41	13
IRPJ adicional – 10%	28	8
CSLL – 9%	37	11
Ajustes atualização despacho nº 2.303/2019	23	16
Corrente	(745)	(690)
Diferido	129	48
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	(616)	(642)

21 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(700)	(4.078)
Quantidade média ponderada de ação	50.000	40.356
Resultado básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,01)</u>	<u>(0,10)</u>

22 Compromissos

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamento (i)	396	1.098	4.098	5.592
Contrato de manutenção (ii)	3.955	16.698	19.832	40.485
Contrato de transmissão (iii)	1.095	6.063	7.028	14.186
	<u>5.446</u>	<u>23.859</u>	<u>30.958</u>	<u>60.263</u>

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento da Companhia. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos.

(ii) Contrato de manutenção

Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção.

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

23 Atividade de investimento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos da Companhia.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principal transação que não afeta o caixa	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	26	1.698
Em atividades de investimentos	26	1.698

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes e responsabilidade civil.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Cristiano Soares Pavane

Contador

CRC 1SP271178/O-8